

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2015

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Outubro de 2014

PAA 2015

1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria (PAA) representa boa prática, recepcionada pelo arcabouço regulatório nacional, para a gestão das Secretarias de Controle Interno (SCI) do Poder Judiciário. Previsto no art. 9º da Resolução CNJ nº 171/2013, o plano deve contemplar as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade referentes à auditoria e demais inerentes ao setor público.

Ressalte-se que o conceito de Auditoria Interna, previsto na Resolução CFC 986/03, compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, para auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A política de atuação da SCI segue as melhores práticas de controle interno nacionais e internacionais e determinações do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Coletores Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Os produtos da SCI buscam auxiliar as áreas monitoradas no desempenho de suas funções, prevenindo a ocorrência de não-conformidades perante a regulação e os objetivos institucionais do TRT 2ª Região.

No de 2015, fruto das novas atribuições, a ênfase de atuação será o atendimento de ações coordenadas e de melhoria das práticas de controle interno. Adicionalmente, o plano prevê as atividades de assessoramento à D. D. Presidência do Tribunal, trabalhos de monitoramento, elaboração e revisão de normativos, ações de treinamento dos servidores da Unidade e atividades de planejamento e avaliação de desempenho da SCI.

2. Objetivo e Fundamentação

O PAA 2015 foi elaborado para apreciação e aprovação da D. D. Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região. A submissão atende ao Acórdão

1074/2009, de 20 de maio de 2009, e às Decisões Normativas TCU nºs 134/2013 e 140/2014; à Resolução CNJ nº 86/2009, e à Resolução CNJ nº 171/2013.

Adicionalmente, foi observado o Parecer nº 2/2013 - SCI/Presi/CNJ, visando incorporar boas práticas de gestão de auditorias e controles internos.

3. Escopo de Atuação

A SCI realiza trabalhos de acompanhamento da gestão e auditorias *a priori*, concomitante e *a posteriori* com ênfase nos processos administrativos do TRT 2ª Região. O trabalho é realizado em articulação com diversas áreas e unidades do Tribunal.

Além de determinações legais, os processos enfatizados pela Secretaria de Controle Interno contemplam o monitoramento e avaliação dos controles internos, com a promoção de procedimentos de autocontrole a serem incentivados junto às áreas atendidas para o alcance dos objetivos institucionais e estratégicos.

A elaboração dos trabalhos do PAA priorizou aspectos de relevância, considerando os benefícios advindos das auditorias para o Tribunal, e as variáveis de materialidade, criticidade e risco, em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013.

Para 2015 serão elaborados trabalhos de auditoria e acompanhamento dos processos coordenados pelas Secretarias Administrativas do TRT 2a. Região, sendo priorizadas: a Secretaria da Gestão da Informação Institucional, a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Apoio Administrativo e a Secretaria da Tecnologia da Informação. A Secretaria da Gestão da Informação Institucional é área responsável pela elaboração e acompanhamento dos objetivos e metas estratégicas, selecionada pela relevância e criticidade das informações custodiadas. A Secretaria de Gestão de Pessoas teve seus processos priorizados uma vez verificada a materialidade dos recursos orçamentários alocados no pagamento de servidores e magistrados. Por fim, os contratos de serviços de terceirização de atividades e de tecnologia da informação foram priorizados em função da variável risco e atendimento ao Parecer nº 2/2013 - SCI/Presi/CNJ.

Serão dedicadas cerca de 30 mil horas para os processos de auditoria e atividades de acompanhamento de pessoal, de compras e licitações, e de gestão. Tal prazo contempla demandas legais e outras determinações da D. D. Presidência e dos Órgãos de Controle Externo.

Cabe registrar que os produtos da SCI contemplam: relatórios de auditoria de gestão, operacional, contábil, especial, de resultado, de conformidade; assessoramento aos gestores acerca de temas de controle interno, mapeamento de processos e controles internos; atendimentos ao CSJT, CNJ e TCU; análise de processos de pessoal e de licitação e contratos; e propostas de normatização institucionais.

4. Estrutura de Pessoal, Gestão por Competência e Política de Treinamento

Atualmente a SCI conta com uma equipe de 17 (dezesete) servidores que possuem formação profissional adequada para o desempenho de suas atribuições institucionais em constante atualização. Os servidores participarão de atividades de treinamento e desenvolvimento presenciais e a distância. Foram estimadas 40 horas de treinamento por servidor, distribuídas ao longo do ano. Assim, a SCI dedicará cerca de 680 horas para treinamento durante o período com o intuito de capacitar e certificar os servidores para executarem a função de auditor.

Para 2015 foi elaborada uma versão atualizada do Plano Anual de Capacitação, contextualizado aos objetivos estratégicos de instituir e implantar política de gestão por competências; e alinhar 100% das unidades administrativas e judiciárias à estratégia institucional, integrando-as às Ações Estratégicas aprovados pelo Tribunal. O PAC 2015 contemplou conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes às funções desempenhadas e às áreas temáticas previstas em matrizes de auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, destacando: licitações e contratos, material e patrimônio, obras civis e serviço de engenharia, orçamento e finanças, recursos humanos, tecnologia da informação e gestão.

Em linha com a prática institucionalizada de treinamento e desenvolvimento, no ano de 2015, instituições consagradas por sua notória especialização serão

escolhidas, a exemplo do Instituto Serzedello Corrêa (TCU), da Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Escola Judicial (Ejud), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

5. Cronograma de Atuação dos Trabalhos em 2015

A Secretaria de Controle Interno (SCI) executará auditorias nos processos de compras, contratos, licitações e de gestão de pessoas que possuem demanda de atendimento regular durante o ano. Cabe reforçar que em 2015 são estimadas horas adicionais para atendimento de ações coordenadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente ligadas à tecnologia da informação.

O cronograma de execução de assessoria à gestão, de auditoria “*in loco*” e de novos processos foi dimensionado trimestralmente. Tal medida permite dotar a Secretaria de Controle Interno de flexibilidade necessária para atender demandas mandatórias e contingenciais originadas da Administração e de Órgãos de Controle Externo. Desta forma, o cronograma proposto para as inspeções e atividades da Secretaria de Controle Interno está contemplado no QUADRO 1.

Por fim, cabe ressaltar que em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013 foram previstas atividades de auditoria direta, executada com servidores desta Secretaria de Controle Interno e compartilhada, executada por servidores do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

São Paulo, 31 de outubro de 2014.

Rita Kotomi Yuri
Diretora da Secretaria de Controle Interno

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2015

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Outubro de 2014*

* republicado em março de 2015 para alinhamento do plano de auditoria às disposições do Memorando SCI nº 028/2015.

| Nº | Descrição Sumária dos Objetos / Elementos | Conhecimentos Específicos | Risco e Relevância | Tipo e Forma | Objetivo(s) | Escopo | Período | Início | Término | Horas | Área Auditada / Local* |
|----|---|--|--------------------|--|--|---|----------------------------|---------------------|---------------------|-------|---|
| 1 | Auditoria sobre as informações que compõem o Relatório de Gestão (2014) | Normatização de Controle Externo, Administração e Finanças Públicas, Técnicas de Auditoria | Elevados | Auditoria de Gestão / Auditoria Direta | Testar a confiabilidade e a integridade das informações que compõem o Relatório de Gestão. | Informações contábeis e institucionais do Relatório de Gestão de 2014. | 1º e 2º Trimestres | 01/01/2015 | 30/06/2015 | 1.100 | Diversas Áreas TRTSP / São Paulo |
| 2 | Monitoramento e revisão das recomendações formuladas pela Secretaria de Controle Interno em 2014 e 2015 (monitoramento) | Técnicas de Auditoria | Moderados | Auditoria de Gestão / Auditoria Direta | Realizar monitoramento (follow up) das informações e recomendações encaminhadas para as áreas, com a identificação de ações implementadas. | Informações e recomendações emitidas em 2014 e 2015 pela Secretaria de Controle Interno. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 10º dia de cada mês | 15º dia de cada mês | 1.000 | Diversas Áreas TRTSP / São Paulo |
| 3 | Procedimentos licitatórios, contratos administrativos, suprimento de fundos, compras diversas e suas alterações | Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle, Técnicas de Auditoria | Elevados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Verificar a conformidade às diretrizes e políticas institucionais e às disposições legais. | Realização de verificações com relação aos processos licitatórios e os contratos administrativos. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 5.240 | Secretaria de Apoio Administrativo / São Paulo |
| 4 | Verificação do atendimento às resoluções, às auditorias e aos demais comandos do CSJT, CNJ e do TCU | Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria | Elevados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Avaliar grau de observância das resoluções do CSJT, CNJ e TCU e implementação dos respectivos comandos. | Normativos e recomendações emitidos pelo CSJT, CNJ e TCU vigentes em 2014 e 2015. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 2.000 | Diversas Áreas TRTSP / São Paulo |
| 5 | Atos de pessoal: análise dos atos de admissão, aposentadoria, pensão e abono de permanência | Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria | Elevados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Verificar a regularidade dos atos de pessoal | Análise dos atos de admissão, aposentadoria, pensão e abono de permanência. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 1.126 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |
| 6 | Auditoria na Área de Segurança da Informação | Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria de TI | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Verificar a implantação dos modelos e das normas de Segurança da Informação | Análise dos processos de acesso aos sistemas institucionais | 4º Trimestre | 01/10/2015 | 31/12/2015 | 1.100 | Secretaria de Tecnologia da Informação / São Paulo |
| 7 | Acompanhamento do cronograma de implantação da nova contabilidade pública e dos sistemas de custos | Técnicas de Auditoria, Contabilidade Pública | Moderados | Auditoria Contábil / Auditoria Direta | Verificar o grau de institucionalização da nova contabilidade pública com ênfase no sistema de custos | Informações contábeis e financeiras reconhecidas em 2014 e 2015. | 3º Trimestre | 01/07/2015 | 30/07/2015 | 500 | Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira / São Paulo |

| Nº | Descrição Sumária dos Objetos/Elementos | Conhecimentos Específicos | Risco e Relevância | Tipo e Forma | Objetivo(s) | Escopo | Período | Início | Término | Horas | Área Auditada / Local* |
|----|--|--|--------------------|--|---|--|----------------------------|--------------------------|--------------------------|-------|--|
| 8 | Elaboração de Auditoria de Gestão de natureza contínua sobre folha de pagamento (inserção de valores) | Legislação de pessoal | Elevados | Auditoria Gerencial/ Auditoria Direta | Verificar a regularidade dos lançamentos. | Seleção de amostra a partir dos lançamentos de pessoal em 2014 e 2015. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 1000 | Secretaria de Gestão de Pessoas/ São Paulo |
| 9 | Diárias e Passagens (especialmente descentralização do CNJ/CSJT) | Legislação de pessoal, Ofícios CNJ/CSJT | Reduzidos | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Auditar os processos administrativos relativos à concessão de diárias e passagens com recursos descentralizados. | Gastos de passagens e diárias do semestre anterior. | 1º e 3º Trimestres | 01/01/2015 01/07/2015 | 30/01/2015 30/07/2015 | 100 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |
| 10 | Monitorar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI), Normativos e Avaliação Externa Independente | Plano Estratégico da Tecnologia da Informação, Estatística e Normatização CSJT/CNJ | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Certificar a existência e suficiência do acompanhamento dos resultados do PETI. | Relatório do plano estratégico de TI e processo de monitoramento dos indicadores nos anos 2014 e 2015. | 4º Trimestre | 01/10/2015 | 31/12/2015 | 336 | Secretaria de Tecnologia da Informação / São Paulo |
| 11 | Atividades de planejamento e avaliação de desempenho da SCI | Planejamento Estratégico, Auditoria, Normas Profissionais do IIA Brasil | Elevados | Auditoria de Gestão / Auditoria Direta | Realizar planejamento das atividades para 2015 e avaliar desempenho da SCI. | Informações sobre serviços prestados para comporem as estatísticas e o Relatório de Gestão | 4º Trimestre | 01/10/2015 | 31/12/2015 | 280 | Secretaria de Controle Interno / São Paulo |
| 12 | Outras Atividades e Pareceres em Gestão de Pessoas | Legislação e Normatização de Gestão de Pessoas | Moderados | Auditoria de Gestão / Auditoria Direta | Atender demandas mandatórias solicitadas pela Administração do Tribunal e Órgãos de Controle Externo | Solicitações recebidas durante o período e Auditorias Coordenadas | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 476 | Diversas Áreas do Tribunal / São Paulo |
| 13 | Manuais e Normativos | Legislação e Normatização sobre Compras, Licitações e Gestão de Pessoal | Moderados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Certificar-se de que os manuais ou normativos vigentes mostram-se compatíveis com a normatização externa ao Tribunal | Manuais de Compras (3a. edição), Manual de Gestão de Contratos (2a. edição) e normativos internos | 3º Trimestre | 01/07/2015 | 31/09/2015 | 200 | Secretaria de Apoio Administrativo / São Paulo |
| 14 | Informações de Transparência Pública | Legislação e Normatização sobre Transparência | Moderados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Checar o cumprimento das obrigações de disponibilizar informações sobre a gestão do Tribunal com ênfase na tempestividade e integridade dos dados disponibilizados. | Informações institucionais que devam, por força da normatização vigente, disponibilizadas na área pública. | 1º Trimestre | 01/01/2015 | 28/02/2015 | 300 | Diversas Áreas / São Paulo |

| Nº | Descrição Sumária dos Objetos/Elementos | Conhecimentos Específicos | Risco e Relevância | Tipo e Forma | Objetivo(s) | Escopo | Período | Início | Término | Horas | Área Auditada / Local* |
|----|--|--|--------------------|--|--|--|--------------------|------------|------------|-------|---|
| 15 | Alinhamento de atores ao Manual de Compras e Licitações e Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos | Legislação e Normatização Atualizadas | Elevados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Verificar o grau de maturidade dos atores envolvidos em compras e gestão de contratos do Tribunal | Levantamento junto aos atores envolvidos acerca da capacitação e efetiva utilização dos normativos vigentes. | 1º Trimestre | 01/01/2015 | 31/03/2015 | 400 | Coordenadoria de Compras e Licitações / São Paulo |
| 16 | Indenização de Transportes | Legislação e Normatização sobre Indenização de Transportes | Moderados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Verificar a legalidade da indenização de transporte | Despesas com gastos de transportes em 2014 | 1º Trimestre | 01/01/2015 | 28/02/2015 | 350 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |
| 17 | Recadastramento de beneficiários (inativos e pensionistas) | Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Verificar a regularidade dos recadastramentos | Amostra a partir de inconsistências anteriores | 2º e 3º Trimestres | 01/06/2015 | 31/07/2015 | 480 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |
| 18 | Progressão e Promoção Funcional | Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Verificar a regularidade dos atos de promoção e progressão funcional e avaliação da eficácia dos controles | Amostra obtida a partir da migração de dados para o novo sistema SGRH | 2º Trimestre | 06/04/2015 | 05/06/2015 | 460 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |
| 19 | Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) | Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Verificar a legalidade da concessão | Amostra a partir da relação cruzada entre servidores e realização de curso específico | 4º Trimestre | 01/10/2015 | 30/11/2015 | 480 | Secretaria de Gestão de Pessoas / Escola Judicial / São Paulo |
| 20 | Auditoria de acompanhamento sobre Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar | Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema | Elevados | Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta | Analisar a conformidade das sindicâncias e processos administrativos disciplinares | 100% dos processos | 3º Trimestre | 07/08/2015 | 08/09/2015 | 150 | Diretoria Geral da Administração / São Paulo |
| 21 | Manual de Aposentadoria e Pensão | Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema | Elevados | Outras Atividades | Orienta de maneira geral acerca das normas e procedimentos conforme legislação específica. | Término do manual para avaliação | 1º e 2º Trimestres | 01/01/2015 | 30/06/2015 | 400 | Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo |

| Nº | Descrição Sumária dos Objetos/Elementos | Conhecimentos Específicos | Risco e Relevância | Tipo e Forma | Objetivo(s) | Escopo | Período | Início | Término | Horas | Área Auditada / Local* |
|----|--|--|--------------------|--|--|--|----------------------------|------------|------------|-------|--|
| 22 | Atendimentos da Gestão e Demandas Diversas | Gestão Judicial, Legislação e Controle Externo | Moderados | Outras Atividades | Atender às demandas da administração no âmbito da SCI | Demandas sobre pessoal e de controle externo | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 5.640 | Secretaria de Controle Interno / São Paulo |
| 23 | Treinamento, Capacitação e Certificação | Práticas de Auditoria Interna e Atualização Normativa | Moderados | Outras Atividades | Incorporar boas práticas de gestão e execução de auditoria | Obter certificação de, pelo menos, 2 auditores; Capacitação de auditores oferecida pelo CNJ, CSJT e Audibra. | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/01/2015 | 31/12/2015 | 680 | Secretaria de Controle Interno / São Paulo |
| 24 | Auditoria de contratos de terceirização (limpeza e/ou segurança) | Legislação e Normatização sobre Contratos | Moderados | Auditoria Operacional / Auditoria Direta | Avaliar os controles administrativos sobre a fiscalização de contratos de terceirização | Amostra com no mínimo dois contratos selecionados da base de contratos, considerando aspectos de risco e relevância. | 2º Trimestre | 01/04/2015 | 30/04/2015 | 1.670 | Secretaria de Segurança Institucional / Secretaria de Apoio Administrativo / São Paulo |
| 25 | Auditoria Coordenada CSJT - TI | Legislação e Normatização sobre a Gestão de TI | Elevados | Auditoria Operacional / Compartilhada | Auditar e avaliar a utilização dos recursos de TI investidos pelo CSJT em 2014 | Definições do CSJT sobre o escopo quando da designação do trabalho | 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres | 01/02/2015 | 31/11/2015 | 631 | Secretaria de Tecnologia da Informação / São Paulo |
| 26 | Auditoria Coordenada CNJ – a ser definida futuramente | Legislação e Normatização Aplicável | Elevados | Auditoria Operacional / Compartilhada | Auditar conjuntamente processos sob Coordenação do CNJ | Definições do CNJ sobre o escopo quando da designação do trabalho | 2º e 3º Trimestres | 01/06/2015 | 31/07/2015 | 200 | Diversas Áreas / São Paulo |
| 27 | Auditoria Coordenada CSJT – Material e Patrimônio | Legislação e Normatização sobre Material e Patrimônio | Elevados | Auditoria Operacional / Compartilhada | Auditar conjuntamente processos de material e patrimônio sob Coordenação do CSJT | Definições do CSJT e sobre o escopo quando da designação do trabalho | 3 e 4º Trimestres | 01/09/2015 | 31/12/2015 | 300 | Diversas Áreas / São Paulo |
| 28 | Lançamentos contábeis em relação a pessoal (provisões) | Legislação e Normatização sobre a Nova Contabilidade Pública e Pessoal | Moderados | Auditoria Contábil | Auditar os procedimentos de mensuração e reconhecimento contábeis de provisões de pessoal. | Lançamentos contábeis de rubricas selecionadas da folha de pagamento de pessoal ocorridos em 2014 e 2015 | 4º Trimestre | 01/10/2015 | 31/10/2015 | 600 | Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira |

QUADRO 1 – Plano Anual de Auditoria (PAA) 2015.

Fonte: Secretaria de Controle Interno

Elevados: Alto risco material ou alto risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.

Escala para Risco e Relevância

Moderados: Moderado risco material ou moderado risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.

Reduzidos: Baixo risco material ou baixo risco de imagem associados, mas realizado por questões normativas.

Observação: O quadro 1 (itens 25, 26 e 27) foi atualizado em 06/01/2015 em razão da aprovação do Plano Anual de Auditoria do CSJT nos termos do Ato CSJT.GP.SG 377/2014.

* “Área Auditada/Local” sinaliza os principais atores relacionados ao objeto de auditoria. Esta indicação não exclui demais áreas que possuam vínculo, ainda que indireto, com o referido projeto.